

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123.306 - SP (2020/0021726-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : JOAO PAULO DE OLIVEIRA MARQUES (PRESO)
ADVOGADOS : MÁRCIO DE FREITAS CUNHA - SP190463
RAFAEL SOUSA BARBOSA - SP290824
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em face de acórdão assim relatado (fls. 1293-1295):

Cuida-se de Habeas Corpus impetrado pelo Advogado MÁRCIO DE FREITAS CUNHA em favor de JOÃO PAULO DE OLIVEIRA MARQUES, que estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão de ato atribuído ao Magistrado em exercício na 2ª Vara Judicial da Comarca de Ituverava, nos autos da Ação Penal nº 1002464-28.2019.8.26.0288.

Na inicial do remédio constitucional, o impetrante se insurge contra a manutenção da prisão preventiva do paciente, por meio de decisão carente de fundamentação idônea, quando ausentes os pressupostos da custódia cautelar, e presentes os requisitos da liberdade provisória.

Enaltece, o advogado, os predicados pessoais positivos de João, destacando tratar-se de delegado de polícia de reputação ilibada, com bons antecedentes, residência fixa, família e vida pautada nos valores familiares e do trabalho.

Argumenta, também, com matéria fática, aduzindo que o paciente não tem qualquer envolvimento com os fatos criminosos em apuração.

Acrescenta que João já foi afastado do exercício do seu cargo público, nada indicando que, em liberdade, represente algum risco para a sociedade ou possa tumultuar o andamento do processo, até porque, as condutas criminosas teriam cessado em meados de 2018 e todas as diligências probatórias já teriam sido cumpridas.

E observa que o paciente apresenta quadro profundo de depressão, carecendo de cuidados médicos específicos.

Por conta disso, o subscritor da inicial postula a concessão da ordem, a fim de que João seja autorizado a aguardar solto o desfecho do processo, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Subsidiariamente, pede que a prisão preventiva do paciente seja convertida em prisão domiciliar.

Sem liminar (fls. 1266/1270), vieram informações (fls. 1272/1274), seguidas de manifestação da Procuradoria -Geral de Justiça pela denegação da ordem (fls. 1282/1288).

É o relatório.

O recorrente foi denunciado pela prática dos delitos tipificados no art. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850/2013, e no art. 317, *caput*, do Código Penal.

Argumenta, em suma, condições pessoais favoráveis, ausência de indícios de autoria e materialidade delitiva, falta de contemporaneidade da

Superior Tribunal de Justiça

prisão, pois os fatos ocorreram em setembro de 2018 e a prisão somente foi decretada em setembro de 2019, fundamentação inidônea do decreto prisional, desnecessidade da segregação e ausência dos requisitos do art. 312 do CPP. Aduz, ainda, que faz jus à prisão domiciliar ante o grave quadro de depressão em que se encontra.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a fixação das medidas cautelares alternativas ou a concessão da prisão domiciliar.

A liminar foi indeferida (fls. 4.603-4.611).

As informações foram prestadas (fls. 4.617-4656).

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (fls. 4.658-4666).

Na origem, os autos do processo n. 1002464-28.2019.8.26.0288 aguardam realização de audiência de instrução e julgamento, conforme informação de fls. 4.621.

É o relatório.

DECIDO.

Em consulta ao sistema processual eletrônico desta Corte, no *Habeas Corpus* 550.923/SP verificou-se a concessão da ordem, determinando a soltura do ora recorrente, mediante aplicação de medidas cautelares diversas.

Desse modo, não há como negar a prejudicialidade deste *writ*, ante a perda superveniente do objeto.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator